

OS SAPATEIROS ANTES DA GRANDE INDÚSTRIA: NOTAS SOBRE DUAS INTERPRETAÇÕES HETERODOXAS

Sebastião Neto Ribeiro Guedes

sebaneto@fclar.unesp.br

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Unesp/Araraquara

Departamento de Economia e Programa de Pós-graduação em Economia

Resumo: o artigo pretendeu comparar duas abordagens que buscaram caracterizar e analisar a evolução da atividade manufatureira de fabricação e conserto de sapatos no período de transição que antecede a criação da grande empresa industrial capitalista. Essa atividade foi objeto de investigação de dois autores, diferentes em termos de filiação metodológica e relativamente distantes em termos cronológicos. De fato, apesar de John R. Commons filiar-se à Economia Institucional e Eric Hobsbawm à historiografia marxista, ambos convergem em aspectos importantes quando investigam a atividade manufatureira de calçados. Em particular quando deslocam a ênfase dos processos de mudança no interior da atividade da tecnologia para alterações no mercado, explicando os processos de conflito e organização como mecanismos de defesa dos produtores/trabalhadores daquela atividade aos avanços das relações mercantis.

Palavras-chaves – manufatura de sapatos; economia institucional; marxismo; John R. Commons; Eric Hobsbawm.

1 -Introdução

Esse texto dedica-se a refletir sobre algumas afinidades teóricas e de interpretação entre a abordagem conhecida como Escola institucional original (OIE) e o marxismo, utilizando um objeto comum de reflexão: a interpretação dada por John R. Commons e Eric Hobsbawm às características e à evolução da atividade manufatureira do sapato no período da transição que antecede a constituição da grande empresa capitalista industrial de calçados. Comparações gerais sobre as duas

escolas já haviam sido feitas por Dugger e Sherman(1994) e Stanfield (1989). Seguindo a senda oferecida por aquelas reflexões, o texto proposto pretende confrontar as duas visões na interpretação de um mesmo objeto e dela extrair algumas conclusões que apontam para suas afinidades, muito mais que diferenças. Com isso, espera-se contribuir para estabelecer pontes para o diálogo entre as duas escolas, que habitam o campo comum do pensamento crítico e da economia heterodoxa.

Sem menosprezar diferenças de fundo, o fato é que ambas escolas oferecem uma perspectiva dinâmica da vida social na qual a história aparece como elemento central. Nas duas uma pretensão totalizante de análise está presente, de um lado no método do materialismo dialético e no outro na abordagem holística do institucionalismo original (MYRDAL, 1978). Para elas a vida social dos homens modifica-se ao longo do tempo, sob influência de variáveis diversas que alteram as condições materiais e de percepção/consciência dos homens.

Na abordagem marxista, tais modificações acontecem quando se rompem as condições que ajustavam as relações de produção e as forças produtivas. Em geral estas, por força de avanços demográficos, tecnológicos, organizativos e equivalentes impõe – por meio de revoluções (isto é, a passagem de um modo de produção para outro) – uma nova adequação nas relações e direitos de propriedade estabelecidos entre os homens. Segue-se a edificação de toda uma imensa estrutura jurídico-política, cultural e de costumes que cimenta o novo modo de produção. Vista perspectiva, a história humana é a história da sucessão de modos de produção nos quais os homens se engajaram e ajudaram a edificar (MARX, 1982).

Embora menos coesa, a economia institucional caracteriza-se por uma abordagem dinâmica e evolucionista do capitalismo, e atribuía às instituições o protagonismo nos processos de conservação e mudança econômicas. Ela também defendia a interdisciplinaridade como recurso de investigação para lidar com a complexidade da sociedade capitalista, reconhecendo as contribuições da Ciência Política, da Sociologia, da Psicologia e de outras ciências (GUEDES, 2013). Por fim, propunha uma abordagem holística e histórica do material empírico referente às instituições socioeconômicas (MYRDAL, 1978). No entanto, talvez a característica fundamental dessa escola consistisse na recusa radical do ponto de vista do individualismo metodológico (HODGSON, 2000). Neste último aspecto, aliás, as duas escolas convergem, uma vez que tratam de ação de homens socializados pelas instituições e cultura.

Tendo essa característica em vista, neste texto serão explorados exaustivamente dois artigos, um de cada um dos autores mencionados. No caso de Commons, o artigo referência é “American shoemakers, 1648-1895: a sketch of industrial evolution”, publicado em 1909; de Hobsbawm será utilizado seu artigo “Sapateiros politizados” publicado em 1980 em parceria com

Joan W. Scott. Embora os sapateiros e sua atividade econômica sejam o objeto de ambos os textos, diferenças de mais de 70 anos separam um do outro. Ademais, o recorte espacial de Commons foi exclusivamente norte-americano, ao passo que o de Hobsbawm foi mais geral, abarcando a quase totalidade da Europa, com incursões isoladas a outros países fora daquele continente. A adicionar mais diferença está a abordagem teórico-metodológica: do materialismo histórico de um lado, e do pragmatismo de outro.

Dito isto, a construção do texto e sua apresentação foram estruturadas como se segue: além desta introdução, no item 2 pretende-se apresentar com bastante detalhe o artigo de Commons, enfatizando sua visão dos determinantes do processo evolutivo da indústria de calçados. Para Commons, a evolução da “indústria” do sapato nos EUA evidenciava um processo de criação de instituições de proteção e autodefesa por parte dos artesãos produtores contra os efeitos desagregadores produzidos pela expansão das relações mercantis; o item 3 cuida da interpretação de Hobsbawm, que merecerá igual detalhamento. Embora o recorte temporal e geográfico do historiador marxista seja outro, a resposta que ofereceu à pergunta do por quê do radicalismo dos artesãos sapateiros o levou a caracterizar várias dimensões da atividade produtiva dos sapateiros, permitindo não apenas reconstituí-las, mas articulá-las com a prática política de resistência aos avanços da mercantilização da sua atividade. O artigo finda, no item 4, com as conclusões.

2. O mundo do trabalho visto por um reformista: John Commons e a manufatura de sapatos norte-americana

John R. Commons (1862-1945) foi um economista institucional norte-americano empenhado numa agenda teórica e prática de reformas no capitalismo que buscavam torná-lo “razoável”, isto é, contido em seus efeitos mais deletérios por meio de ampla regulação (HARTES JR, 192). Sua trajetória pessoal e intelectual revela um interesse intenso por juntar teoria e prática, conforme sugeria inclusive a filosofia do pragmatismo, que abraçou na sua vertente pierceniana (COMMONS, 2003). Dono de profunda consciência social, interesse intelectual amplo, sintonizado com o contexto de mudanças e impasses que vivia o capitalismo de sua época, Commons não pôde ignorar os problemas que envolviam o mundo do trabalho nos Estados Unidos, mormente “*quando os sindicatos estavam incessantemente envolvidos na luta para sobreviver contra os empregadores, o Estado, e um clima intelectual prevalecente que se recusou reconhecer-lhes importância*” (BARBASH, 1967:161).

Commons aproximou-se das questões trabalhistas e cultivou interesse pelo movimento trabalhista (em especial o norte-americano) no início de 1900. Em 1901, trabalhou na Comissão Industrial Norte-Americana analisando o problema da imigração e publicando posteriormente sobre essa questão. Em seguida, em 1902, trabalhou para a Federação Cívica Nacional, ocasião em que auxiliou nos processos de conciliação entre capital e trabalho. Segundo dois dos seus comentadores:

Como resultado do seu trabalho junto à Comissão Industrial e à Federação Cívica Nacional, Commons acumulou uma substancial quantidade de conhecimento e experiência relacionadas às questões trabalhistas e às instituições. Com base nessa *expertise* Richard T. Ely ofereceu a seu ex-assistente uma posição na Universidade de Wiconsin para ensinar economia do trabalho e completar um estudo da história do movimento trabalhista. Commons retornou ao mundo acadêmico em 1904 e mergulhou em estudos sobre a história do movimento trabalhista, eventualmente produzindo os 10 volumes da *História documentada da sociedade industrial norte-americana* e os quatro volumes da *História do movimento trabalhista nos Estados Unidos*.” (RUTHERFORD, M; SAMUELS, W.J, 1996:6)

Datado de 1909, o artigo “*American shoemakers, 1648-1895: a sketch of industrial evolution.*”, objeto de análise do presente item, faz parte dessa fase de intenso engajamento do autor com o mundo do trabalho. Na contra-corrente de tradições em economia que hoje são dominantes, Commons jamais aceitou o a-historicismo de certos contemporâneos como meio de proceder na investigação econômica do capitalismo. Sua perspectiva evolucionária da economia fazia necessária a história como disciplina fundante. Conforme afirmou um de seus comentadores, “*A herança de Commons é sua explicação de como nossa economia evolui e como esta evolução pode ser influenciada*” (Harter, Jr, 1967:63).

Commons se interessa pelo desenvolvimento concreto da indústria, enfatizando as mudanças nas dimensões do mercado e nas relações de trabalho. Ao fazê-lo, diferencia-se da ortodoxia em pelo menos três sentidos:

- 1) Utiliza não da lógica formal/matemática, mas das fontes empíricas e de informação típica de um historiador: fontes documentais, arquivos, etc;
- 2) Abandona qualquer concessão ao papel auto-regulatório das indústrias. Para ele a evolução da indústria, qualquer que seja, revela um processo longo e complexo de construção de “governanças” compatíveis com certo nível de desenvolvimento de relações de mercado e de relações de trabalho;
- 3) Aborda a indústria a partir de uma perspectiva dinâmica, rastreando os processos evolutivos que produzem mudanças quantitativas e qualitativas, tendo como eixo as reestruturações nas relações de trabalho provocadas por mudanças nas condições e dimensões do mercado.

2.1 – O caso dos sapateiros norte-americanos

No artigo “American shoemakers, 1648-1895: a sketch of industrial evolution” Commons busca reconstituir a trajetória da indústria de sapatos norte-americana desde sua origem como artesãos itinerantes até a constituição plena da indústria como empreendimento capitalista no final do século XIX. Seu interesse residia em traçar essa trajetória enfatizando as relações entre as mudanças externas nas condições de mercado e seu impacto sobre as relações de trabalho.

Por que estudar essa “indústria”? Além de razões de existência de registros documentais e outros, Commons afirma que ela foi a primeira e mais persistente indústria americana no que diz respeito à luta econômica de resistência, pois “ *Eles [os artesãos] recorreram com determinação ao refúgio das organizações protetoras a cada nova ameaça*” (Commons, 1996:208). Além disso “ *Ao acompanhar a luta desse atormentado comércio é possível traçar, por meio de documentos, os estágios industriais da guilda à fábrica*” (Commons, 1996:208).

No primeiro estágio da atividade dos sapateiros, o estágio itinerante, eles dependiam integralmente dos consumidores, pois devendo deslocar-se de casa em casa, de aldeia em aldeia na busca de cliente, eles recebiam dos primeiros a matéria-prima, o local de trabalho, e as inconveniências do processo de produção “fora da sua oficina”. Nesse estágio, o mestre sapateiro dependia quase totalmente do cliente, e das relações pessoais que estabelecia com ele. A extensão do seu mercado resultava da itinerância e sua remuneração equivalia a um tipo de salário, pois remunerava apenas o trabalho realizado com instrumentos manuais de trabalho geralmente levado às costas em cesto ou equivalente durante as jornadas pelas aldeias em busca de clientes. Nesse estágio não havia organização protetora criada pelos sapateiros. Conforme Commons (1996, 210/11)

O itinerante provavelmente era mal treinado e poderia escapar à supervisão de seus colegas artesãos. Ele era dependente dos seus clientes que ofereciam não apenas a matéria-prima, mas também o local de trabalho, a hospedagem e a alimentação do sapateiro, deixando a este apenas seus instrumentos de trabalhos manuais. Ele trabalhava sob a desvantagem de um novo lugar de trabalho para cada novo pedido, sem as conveniências e equipamentos necessários para um trabalho mais rápido e eficiente. Ele tinha que procurar o cliente e conseqüentemente estava em desvantagem ao negociar com ele. Isto o fazia, contudo, uma séria ameaça aos sapateiros melhor qualificados, que trabalhavam em sua própria oficina e com o seu próprio material, mas que tinham que esperar pela vinda dos clientes.

O estágio itinerante foi superado com a criação, em 1648, da “Companhia dos sapateiros de Boston”. Em 18 de outubro daquele ano os sapateiros de Boston receberam a Carta de Concessão

para a formação de uma corporação de ofício. Na justificativa do pedido argumentava-se pela necessidade de regulação da atividade, para evitar os danos causados ao comércio daquele ofício pelas mercadorias ruins produzidas por artesãos desqualificados, que danificavam os produtos da indústria. Por meio da Carta, a corporação recebia autoridade para examinar os sapateiros e excluir deles aqueles que ela julgava não ser um “sapateiro adequado”. Além disso, recebia autoridade para regular o trabalho daqueles que permaneciam no ofício, e para reformar e mudar o comércio.

O movimento de construir uma governança corporativista significou, então, livrar a categoria da influência dos consumidores e do seu poder de barganha, simplesmente eliminando a natureza itinerante do ofício. Chamado por Commons de estágio de artesão de guilda (craft-guild stage), ele produziu a redução de membros do ofício ao instituir barreiras institucionais à entrada, e inverteria o sentido da relação produtor-consumidor, uma vez que agora eram os consumidores que deveriam dirigir-se às oficinas dos artesãos. Para Commons (1996, 211).

A guilda de Boston representou a união em uma única pessoa das classes de mercador, mestre e jornaleiro, anteriormente separadas. A função mercador controla o tipo e a qualidade do trabalho e sua remuneração vem da habilidade para conduzir a barganha com o cliente no processo de ajustar preço à qualidade. A função de mestre, de outro lado, controla o lugar de trabalho, os instrumentos e equipamentos e passa ao jornaleiro as encomendas recebidas do mercador. Sua remuneração deriva da administração do capital e do trabalho. A função de jornaleiro, finalmente, é remunerada conforme a habilidade e qualidade do trabalho, velocidade do produto e a quantidade e regularidade do emprego.

Ainda conforme Commons (1996, 211)

Assim, do ponto de vista de cada uma das funções que posteriormente foram separadas, o que fez essa primitiva guilda em seu auto-interesse foi estabelecer-se contra os “produtos ruins” do estágio itinerante precedente. Do ponto de vista do mercador, a exclusão dos produtos ruins removia a ameaça aos preços remuneradores para os bons produtos. Do ponto de vista do mestre a exclusão do itinerante transferiu a propriedade da oficina e o pagamento do salário médio do consumidor para o produtor. Do ponto de vista do jornaleiro, esta exclusão do itinerante eliminou o “truck payment of wages” na forma de estadia e hospedagem, ao substituir o pagamento de salário por peça pelo pagamento pelo produto final. E este controle do produto final por meio de todos os estágios de produção deu uma dupla vantagem ao artesão. Ela transferiu para ele as partes não qualificadas do trabalho até então feitas pela família do cliente, assim capacitando-o num mesmo golpe aumentar a quantidade do seu trabalho e utilizar o nível de barganha de sua habilidade para conseguir remuneração de trabalho qualificado para trabalho não-qualificado.

Em síntese, as guildas constituíram um mecanismo de proteção porque: 1) excluiu do “mercado” a concorrência de artesão não-qualificados que dificultavam a capacidade de barganha da categoria; 2) produziu uma mudança na estrutura de organizativa da atividade, que organizou-se

a partir de uma oficina fixa na qual se unificara as atividades constitutivas da atividade; 3) melhorou o poder de barganha dos seus associados, pois:

Há uma primeira consideração no estágio de guildas que fortalece o poder do mercador para deslocar seus custos para o consumidor. Esta é o fato de que seu mercado é personalizado, e o consumidor faz o pedido antes que o bem seja feito. De outro lado, o poder de barganha do mercador é ameaçado pela incapacidade dos consumidores julgarem com precisão a qualidade dos bens, ao contrário da capacidade plena de distinguirem preços. Por isso basta para os objetivos de uma organização protetora no estágio de encomenda-do-cliente da indústria dirigir a atenção apenas para a qualidade do produto, ao invés de sobre os preços ou salários, e buscar apenas excluir produtos ruins e produtores de produtos ruins. (Commons, 1996:212).

O resultado global, segundo Commons, foi melhorar a capacidade de barganha dos sapateiros mais qualificados. É preciso lembrar, recorrendo a Hobsbawm (1999), autor que será comentado à frente, que o ofício de sapateiro nos seus primórdios tinha como característica, além da itinerância, principalmente para os sapateiros menos qualificados das aldeias rurais, também a: heterogeneidade das habilidades, pois baseada, antes da intervenção do sistema de máquinas, na habilidade manual do artesão.

No final do século XVIII, uma nova forma de governança foi constituída, a qual se baseava na clivagem entre mestres e jornaleiros. Tal divisão materializou-se, no caso norte-americano, por meio da associação de mestres cordovaneiros, em 1789, e pela Sociedade Federal de Jornaleiros Cordovaneiros, em 1794. A razão disso estava associada não a mudanças nos processos técnicos e na divisão do trabalho no processo de trabalho, mas à expansão e mudança nos mercados. Assim, para Commons (1996, 214)

O desenvolvimento econômico do mercado procedeu da seguinte forma. Os cordovaneiros da guilda de Boston faziam todos os seus sapatos e botas sob encomenda dos seus clientes, em suas oficinas. Seu mercado era baseado em encomenda de clientes, composta de seus vizinhos. Seu produto, na terminologia de 1806, era um produto “apalavrado”. Ele era seu próprio mestre, comerciante e jornaleiro. Em seguida, alguns dos mestres cordovaneiros iniciaram a estocar sapatos e botas em formas e tamanhos padronizados para a venda a estrangeiros de passagem e a visitantes de suas oficinas. Eles abasteciam um mercado mais amplo, exigindo investimentos em capital não apenas em matéria-prima, mas também em produtos finais e crédito pessoal. Eles reduziam o material fornecido para que os jornaleiros fizessem sapatos em suas casas, trazendo-os para que os fizessem em sua oficina. Além do trabalho “apalavrado”, os jornaleiros agora faziam “trabalho na oficina” e os mestres tornaram-se comerciantes varejistas e empregadores. Este era o estágio da indústria na Philadelphia em 1789 – o estágio da oficina de varejo. Depois, alguns dos mestres procuraram mercados externos ou fora do seu local de fabrico. Eles levavam suas amostras a mercados distantes e recebiam “encomendas” de produtos que seriam posteriormente feitos e entregues. Eles agora se tornaram empregadores-comerciantes no atacado, implicando uma maior quantidade de capital investido em materiais, produtos, crédito de longa duração e empregavam um maior número de jornaleiros. Além do trabalho “apalavrado”, do trabalho na “oficina”, os jornaleiros agora realizavam “trabalho sob encomenda” para o mesmo empregador.

As razões que justificaram a associação foram apresentadas à corte de Justiça como sendo “*levar em consideração os muitos inconvenientes com que eles labutavam para desejar adequadas regulações entre eles, e para oferecer remédio para os mesmos*” eles iriam “*consultar-se coletivamente para o bem geral do comércio e determinar os mais elegíveis meios para evitar irregularidades no mesmo*” (Commons, 1996:213). Segundo Commons, os “inconvenientes” enfrentados pelos mestres artesãos eram, fundamentalmente, de dois tipos: a competição de bens de baixa qualidade oferecidos à venda no mercado público por parte dos artesãos e a competição de mestres que ofereciam seus produtos a preços baixos, divulgando-os por meios publicitários. Para ele isso significava que *evidentemente esta sociedade de mestres não estava organizada como uma associação de empregadores, pois nada é dito sobre salários e trabalho* (Commons, 1996:213)

Em 1835 um novo estágio da atividade manufatureira de sapatos tem início. Sua base objetiva, conforme Commons (221), residia em que:

Nesse estágio da indústria o mercado torna-se acessível por meio de estradas e canais, bem como pelo oceano e rios. O sistema bancário havia se expandido, capacitando os capitalistas a converterem créditos pessoais em créditos bancários e a estocar um excedente de bens acima dos pedidos correntes. O mercado tornou-se especulativo e os armazéns dos mestres atacadistas assumiram o lugar das lojas dos capitalistas varejistas. O antigo mestre transformou-se em pequeno fabricante ou contratante, vendendo seu produto ao produtor-atacadista, o capitalista mercador. O último tem um amplo leque de opções em sua capacidade de adquirir bens, e por consequência em sua habilidade para compelir mestres e jornaleiros a competirem uns contra os outros. Ele podia ter feito seus sapatos em localidades distantes” (221/2).

Observe que os fatores de mudança não estão circunscritos, ainda, aos fatores diretamente tecnológicos, a não ser que se entenda por esses o acesso a novos mercados. Nesse caso conflitos potenciais e reais surgiram, envolvendo agora três atores fundamentais: os jornaleiros, reduzidos quase ao trabalho assalariado executado em oficinas pertencentes a outros; os mestres artesãos de mercados de varejos, reduzidos à condição de fornecedores dos grandes capitalistas-atacadistas e, estes últimos, capitalistas que tendo acesso a maior volume de meios de produção e crédito conseguem produzir (ou comprar) em grande escala, alcançando mercados mais amplos e até então inacessíveis.

Os problemas e conflitos derivados dessas mudanças podem ser resumidos nos seguintes termos: aos jornaleiros, a nova situação ameaçava seus salários e suas condições de trabalho, porque os ganhos de escala impunham o aumento e intensificação da jornada de trabalho e, ao mesmo tempo, tornava redundante e disponível no mercado de trabalho uma massa de jornaleiros que, em busca de trabalho, pressionavam para baixo os salários. Segundo Commons (1996, 222)

O capitalista-atacadista pode também descobrir novos campos para a produção de trabalho barato e pela primeira vez lemos a respeito da competição do trabalho de prisioneiros. Os cordovaneiros publicam uma propaganda alertando seus membros contra uma firma que “está agora recrutando trabalho de prisioneiros das penitenciárias do Leste por menos que metade da nossa lista de taxas...”. E uma das suas resoluções declara que “fazer sapatos mostrou-se ser o mais conveniente e mais lucrativo emprego dos condenados, conseqüentemente quase metade dos prisioneiros em nossas diferentes penitenciárias aprendem o ofício.

Os mestres artesãos de mercado de varejo se ressentiam de sua condição pois:

O capitalista-atacadista também tem a opção de usar todos os diferentes métodos de manufatura e organização de oficina. Pode empregar jornaleiros em seu armazém como talhadores, montadores e moldadores; pode empregar jornaleiros que trabalham em suas casas, entregando-lhes matérias-primas e recolhendo o produto acabado; mas, o mais característico dos seus métodos, ele pode empregar pequenos contratados, os sucessores especializados dos mestres cordovaneiros, que, por sua vez, empregam de um a doze jornaleiros, e pela divisão do trabalho e o “trabalho em equipe” introduzem o *sweating system*.” (Commons, 1996:222).

O resultado é o de “expropriar” o antigo mestre artesão varejista de seus jornaleiros e do seu mercado. Este se converte num tipo intermediário entre o jornaleiro (um trabalhador que ainda possui alguns instrumentos de trabalho) e o mestre que já fora, tendo de trabalhar junto aos seus jornaleiros, pois é, na definição de Commons, “um empregador sem capital”. Ele aluga sua loja ao capitalista-atacadista, que a abastece com insumos, ao mesmo tempo em que nela reúne os jornaleiros e seus instrumentos de trabalho para a realização da atividade produtiva. Desse modo:

Seus lucros não se originam como os do capitalista, nem derivam de sua habilidade como mercador uma vez que os preços que ele recebe são ditados pelo capitalista-atacadista. Seus lucros resultam somente dos salários e do trabalho. Ele organiza seus homens em equipes, com o trabalho subdividido para afrouxar a dependência da habilidade e aumentar a velocidade do produto. Ele joga os menos habilidosos contra os mais habilidosos, os mais velozes contra os lentos, e reduz o salário ao mesmo tempo que fortalece o esforço. Seus lucros são “suados” pelo trabalho, sua loja é uma sauna, ele é um explorador”.(Commons, 1996:223).

Depois dessa fase, a indústria de sapatos ganha bases industriais e as mudanças que nela operam passam a ser ditadas por fatores internos, ie, pela mudança tecnológica. Os trabalhadores são assalariados e se organizam em sindicatos que funcionam como instituições de proteção contra o trabalho infantil, a extensão da jornada de trabalho, os imigrantes e a competição de produtos importados. Nessa fase, a indústria produz para um mercado de dimensões mundiais.

3. Hobsbawm e o radicalismo dos sapateiros

Eric Hobsbawm foi um dos maiores historiadores marxistas do século XX, tendo publicado dezenas de livros e artigos. Seu foco e interesse principal recaiu sobre os processos sociais que constituíram e consolidaram o capitalismo como modo de produção do mundo moderno (veja sua famosa tetralogia batizada de “A era das Revoluções”, “A era do capital”, “A era dos Impérios” e a “Era dos extremos”).

Em “A Era dos impérios”, aliás, há na introdução um esboço de biografia na qual ele se anuncia como um típico caso resultado das tendências cosmopolitas do capitalismo do início do século XX, pois:

Para todos nós há uma zona de penumbra entre a história e a memória; entre o passado como um registro geral aberto a um exame mais ou menos isento e o passado como parte lembrada ou experiência de nossas vidas. Para os seres humanos individuais essa zona se estende do ponto onde as tradições ou memórias familiares começam – digamos, da foto de família mais antiga que o familiar vivo mais velho pode identificar ou explicar – ao fim da infância, quando se reconhece que os destinos público e privado são inseparáveis e se determinam mutuamente. A extensão dessa zona pode variar, bem como a obscuridade e a imprecisão que a caracterizam. Mas sempre há essa terra de ninguém no tempo. É a parte da história cuja compreensão é mais árdua para os historiadores, ou para quem quer que seja. Para o autor, nascido quando a Primeira Guerra Mundial chegava ao fim e cujos pais tinham 33 e 19 anos respectivamente em 1914, a Era dos Impérios fica nessa zona de penumbra”(Hobsbawm, 2009:16).

Segundo MATARI (2013:154), Hobsbawm participou daquela tradição de historiografia que entre o final do século XIX e 1970 lutaram contra as tendências da historiografia positivista e descritiva, auxiliando, assim, no estabelecimento de novas abordagens e atores de interesse da historiografia. Sena Jr (2004, ...) observou a adesão de Hobsbawm a uma dialética combinada com preocupações historiográficas *quanto aos temas ligados à autonomia relativa de que os seres humanos dispõem em algumas circunstâncias, especialmente nos espaços da ação política, em momentos decisivos e da cultura em geral*. Em particular sujeitos sociais oriundos do mundo do trabalho e dos seus processos políticos de luta e resistência. GONZÁLEZ(2013) observou nesse sentido que:

Este comentarista observou diferenças na trajetória intelectual de Hobsbawm. Para ele (González, 2013:3):

Em grandes traços podemos diferenciar duas etapas. A primeira abarca cronologicamente a década de 1950 e boa parte da de 1960 e está marcada por uma determinação temática e teórica marxiana bastante forte. Suas investigações sobre história social da classe trabalhadora e sobre os rebeldes primitivos constituem o eixo de suas contribuições. Na segunda etapa, desde os últimos anos da década de 1960 até finais de 1980, se produz – no marco do desenvolvimento da história radical desde baixo por parte de E. P. Thompson, G. Rudé ou Ch. Hill – uma transformação teórica e analítica clara, ainda que limitada, da maneira como Hobsbawm se aproxima dos movimentos populares. Intentará flexibilizar sua perspectiva teórica e analítica marxiana, encontrar pontes que o levem à complementariedade com a história radical e desenvolver uma maior reflexividade em relação às premissas e práxis teórico-metodológica do estudo dos movimentos camponeses e operários”.

O texto de Hobsbawm utilizado aqui – intitulado *sapateiros radicais* - é da segunda fase, oferecendo, dessa feita, ocasião para se avaliar a “flexibilidade” aludida anteriormente. Nele Hobsbawm, cerca de 70 anos depois de Commons, devotou interesse aos sapateiros e sua “indústria” buscando, coincidentemente, objetivo semelhante: caracterizar os processos sociais e materiais que conferiram aos sapateiros protagonismo político e organizativo na resistência ao capitalismo, e na construção de organizações protetoras. O que interessava ao historiador marxista em particular era entender qual a especificidade da ação e consciência política dos sapateiros e identificar as bases sociais e materiais de tal comportamento. Assim como Commons, ele circunscreveu sua análise ao período que antecede a conversão da atividade artesanal do sapateiro em uma indústria capitalista.

Hobsbawm inicia coletando observações de contemporâneos dos séculos XVIII e XIX dando conta da característica comum aos sapateiros: a politização e radicalismo. Busca então – descartando algumas hipóteses alternativas – estabelecer sobre quais bases materiais apoiava-se essa característica, que desapareceu tão logo emergiu a grande empresa industrial.

Para o historiador marxista, a fama antiga dos sapateiros como radicais e politizados estaria assentada em certas características de sua atividade de trabalho. A primeira era a tendência ao intelectualismo, ou melhor dito, o apreço da profissão - e o reconhecimento externo disso – pela “especulação e à discussão” (Hobsbawm, 1999:44). Promovido fundamentalmente pelo fato de o ofício de sapateiro ser sedentário e pouco exigente do ponto de vista físico. Não era ocasional, portanto, o fato de que os sapateiros eram recrutados entre os “rapazes pequenos, fracos ou com alguma deficiência física” (Hobsbawm, 1999:46). Esses dois fatos eram relevantes, pois

O trabalho do sapateiro, portanto, permitia pensar e discutir durante sua execução; seu frequente isolamento durante horas de trabalho faziam-no recorrer a seus próprios recursos intelectuais; ele era recrutado seletivamente dentre os rapazes como um provável incentivo para compensar suas deficiências físicas; o treinamento de aprendizes e os artífices itinerantes expunham-no à cultura do ofício e à cultura e à política de um universo mais amplo. Podemos talvez acrescentar que a leveza

de sua caixa de ferramentas tornasse mais fácil do que no caso de outros ofícios que ele carregasse livros consigo – fato para o qual também existe alguma comprovação” (Hobsbawm, 1999:47).

Ademais, fatores associados reforçavam aquelas determinações. Por exemplo, não apenas as condições materiais eram favoráveis, mas “os costumes do ofício não o impediam de instruir-se (em muitas ocupações, um “homem que lia” acabaria perdendo este gosto devido a chacotas ou a críticas” (48).

A segunda característica dizia respeito à independência e a pobreza no ofício contribuíam para a politização do sapateiro. A primeira porque *o sapateiro de aldeia era autônomo. Sua atividade exigia pouco capital, o equipamento era barato, leve e portátil, e ele necessitava apenas de um telhado sobre a cabeça para trabalhar e viver, no pior dos casos no mesmo cômodo. Embora este fato lhe proporcionasse uma mobilidade incomum, não o distinguia de uma série de outros ofícios. O que realmente o distinguia era seu contato com um grande número de pessoas humildes e sua independência com relação aos protetores, clientes abastados e empregados.* (Hobsbawm, 1999:52/3). A segunda porque identificava-o, nas dificuldades da vida comum, às condições e ao destino dos trabalhadores pobres. Seu ofício não apenas o punha em contato com pobres rurais e de aldeias, eles se comunicavam e partilhavam opiniões e crenças.

Historicamente, o ofício manteve por séculos suas características básicas de utilizar pouca tecnologia e de ser atividade com baixa barreira a novos artesãos entrantes. Semelhante a Commons, Hobsbawm esboça as características materiais do ofício, dividindo-as em dois grandes períodos: até o final do século XVIII e depois dessa data até o advento da grande indústria. O primeiro período caracteriza-se pelo fato de que a atividade dos sapateiros era relativamente heterogênea, pois havia remendões itinerantes, mestres sapateiros instalados em oficinas que recebiam um ou dois aprendizes e empregavam um número maior de artífices assalariados. Segundo Hobsbawm (1999, 52)

Por outro lado, se não havia nenhuma linha nítida distinguindo o sapateiro melhor e mais especializado do remendão mais modesto, as enormes dimensões do ofício sugerem que geralmente ele incluía uma porção imensa de figuras marginais, que não podiam viver somente de seu ofício; especialmente porque o conserto de sapatos – atividade na qual os remendões de aldeia na Alemanha podiam talvez obter metade de sua renda – era notoriamente mal pago. É difícil encontrar dados anteriores à era industrial, mas o cálculo de uma aldeia na Suábia no século XIX sugere que, devido à procura insuficiente, um sapateiro ali, em média, não poderia ter feito mais do que sete pares de calçados em um ano; desta forma, para a maior parte deles o ofício não passava de uma fonte de ganhos suplementares, possivelmente já adotado por essa razão. A reputação de pobreza do ofício tinha, portanto, uma base sólida, embora as razões para sua superlotação não estejam totalmente claras. Talvez isso se deva em parte ao baixo custo do equipamento básico e à possibilidade de exercer a atividade em casa; talvez também à possibilidade de recrutamento

externo, fora das fileiras dos artífices profissionais e de suas famílias. Os tipógrafos e os vidraceiros restringiam o acesso ao ofício a seus filhos, parentes e uns poucos privilegiados de fora: os sapateiros raramente podiam fazer o mesmo. Em consequência, os sapateiros não controlavam nem o acesso nem o número de integrantes do seu ofício, e daí a superlotação.

Ao longo de todo o período analisado por Hobsbawm, o processo de trabalho do sapateiro foi quase imune à divisão do trabalho e ao progresso técnico. Para ele “O ofício de sapateiro, embora se estendesse a várias habilidades técnicas e de especialização, manteve-se suficientemente primitivo quanto à tecnologia e à divisão do trabalho, e como um produto suficientemente homogêneo para continuar em essência como um ofício único. Generalizando, assim que o ofício se separou dos curtidores, vendedores de couro e outros produtores e fornecedores de matéria-prima, suas principais fissuras internas foram comerciais – entre sapateiros e vendedores de sapatos (estes podendo ou não também fabricar sapatos). Havia também uma divisão, definida nos termos entre os que faziam sapatos (cordwainers) e os que simplesmente os consertavam (cobblers) – savatiers, flickshuster, ciabattino -, embora deva ser observado que os comerciantes se desenvolveram essencialmente a partir dos fabricantes. A separação entre os fabricantes e os remendões foi por vezes institucionalizada em guildas separadas, embora as guildas dos remendões tivessem dificuldade para se emancipar completamente do controle dos fabricantes, ou mesmo subsistir” (p.50).

Após 1770, contudo, a dinâmica de trabalho dos sapateiros mudou, por conta de mudanças no mercado de sapatos. Ecoando a tese de Commons para os sapateiros norte americanos, Hobsbawm afirma que o fato de que a partir daquela data muitos sapateiros passaram a vender não mais para clientes diretos, mas para o mercado provocou alterações significativas nas relações internas da categoria, produzindo maior diferenciação e heterogeneidade. A esse respeito ele afirmou que “ A disseminação da manufatura para um mercado longínquo em vez de para clientes conhecidos afetou o ofício de formas diferentes. Num extremo, isso poderia, pelo menos temporariamente, conduzir a uma reafirmação dos valores e reivindicações do ofício como tal, compartilhada por mestres e artífices assalariados, contra o trabalho desleixado ou “vil” em nível local ou em centros manufatureiros de grande escala, como Northampton. No outro extremo, os artífices assalariados ou os pequenos mestres proletarizados, percebendo que tinham se transformado em assalariados permanentes, poderiam procurar o caminho da sindicalização e o conflito com os empregadores, aprofundando o gume do radicalismo dos sapateiros”p.59

Observe a curiosa convergência com as teses de Commons acerca da proeminência de fatores de mercado (acesso e ampliação) na explicação tanto das mudanças organizativas da atividade, quanto ao engatilhar a resistência às forças mercantis que ameaçavam a atividade tradicional de sapateiro.

O aumento de integrantes no ofício, que acompanhou, a partir do final do século XVIII, a urbanização e o crescimento demográfico, adicionou mais elementos a esse tenso período. A resposta dos sapateiros foi a organização defensiva. Conforme Hobsbawm (1999, 58/59) *Como foi observado, os sapateiros rapidamente aderiram à formação de sindicatos militantes e, pelo menos na Grã-Bretanha, as raízes do movimento sindical eram profundas.*

4- Conclusões

O artigo inspirou-se em tentativas recentes de autores heterodoxos de identificar “afinidades” entre duas teorias (a marxiana e a institucionalista) que habitam o campo comum do pensamento crítico/radical. Reconhecendo suas diferenças nada triviais, o artigo optou, contudo, por explorar aspectos de convergência entre as teorias num esforço de promover maior (e melhor) diálogo no campo heterodoxo. Nesse sentido, o texto utilizou, como recurso investigativo, a comparação entre autores. No caso, por meio da análise da caracterização e evolução da atividade dos sapateiros feitas por John Commons e Eric Hobsbawm, respectivamente um economista da Economia institucional original e um historiador marxista.

Os dois autores, em que pese as diferenças entre o momento em que escrevem, suas crenças ideológicas e formas de militância, nutriam um profundo interesse – não apenas intelectual, mas militante – pelo “mundo do trabalho” ou pelos “de abajo”, conforme caracterizou um comentarista de Hobsbawm (.....). De fato, Commons era um reformista que nutria admiração e depositava crença militante no papel “estabilizador” dos sindicatos de trabalhadores e de outras formas organizativas do mundo do trabalho. Simetricamente, Hobsbawm contribuiu para entronizar na historiografia moderna o interesse pela história social “dos de baixo”, antecipando a abordagem que será posteriormente consolidada a partir de Thompson e outros historiadores marxistas.

O artigo apontou que entre os dois autores há convergência em pelo menos dois aspectos:

- 1) Em relação ao papel pouco relevante da tecnologia como fator explicativo da dinâmica profissional, organizativa e política dos sapateiros. Em ambos autores a tecnologia somente passou a tornar-se relevante após o advento da grande indústria, que eliminou o caráter artesanal da profissão e, junto com ele, o próprio sapateiro como artífice independente. Para Commons, por exemplo, aspectos mais relevantes para explicar a evolução da atividade e

sua contínua reorganização devem ser buscadas ora nas mudanças nas dimensões e atores do mercado, ora na sua acessibilidade. Curiosamente, Hobsbawm aponta igualmente para esse fator quando analisa as transformações ocorridas na atividade entre 1790 e 1880. Para ele, de igual modo, mais relevante que inovações tecnológicas foram as formas de comercialização para clientes e para o mercado;

- 2) A imensa capacidade organizativa dos sapateiros, até pelo menos o período de industrialização da atividade. A tese de Commons é a de que as organizações criadas pelos sapateiros tinham um papel defensivo, permitindo-lhes resistir aos processos às vezes abruptos de mudança, e adaptar-se mais adequadamente às novas dinâmicas impostas pelas relações de mercado. Em Hobsbawm isto está também presente de um modo ainda mais amplo, uma vez que a ação contestatória dos sapateiros não se restringiu à defesa econômica de sua atividade nos moldes tradicionais, mas ganhou expressões mais gerais na forma de republicanismo radical, sectarismo religioso, jacobinismo e cooperativismo.

5- Referências

- BARBASH,J (1967) – John R. Commons and the Americanization of the labor problem. *Journal of economics issues*, vol, n.3,pp.161-167.
- COMMONS,J.R (1934[2003] - *Institutional Economics: its place in political economy*. New Brunswick:Transaction Publishers.
- COMMONS, J.R (1909[1996] – *American shoemakers, 1648-1895: a sketch of industrial evolution*. IN: RUTHERFORD,M; SAMUELS, W.J (ORG) *John R. Commons: Selected Essays (vol I)*. London:Routledge: 208-236.
- DUGGER, W.M; SHERMAN, H.J (1994) – Comparison of Marxism and institutionalism. *Journal of economic issues*, v.28, n.1, 101-127.
- GONZÁLEZ, R.M (2013) – Eric J. Hobsbawm, la historia desde abajo y el análisis de los agentes históricos. *Rubrica Contemporanea*, v.2,n.4. p.1-18.
- GUEDES, S.N.R (2013) – “Lei e ordem econômica no pensamento de John R. Commons”. *Revista de Economia Política*, 33(2): 281-297.

HARTES JR, L.G (1962) – *John R. Commons:his assault on laissez-faire*. Oregon: Oregon State University Press.

HOBSEBAWM, E.J (2009) – A Era dos impérios (1875-1914). São Paulo: Paz e terra.

HOBSEBAWM, E.J (1999) – Sapateiros politizados. In: *Pessoas extraordinárias: resistência, rebelião e Jazz*. São Paulo: Paz e terra. Pp.35-74.

HODGSON, G.M (2000) – What is the essence of institutional economics?. *Journal of Economic Issues*, 34(2): 317-330.

MARX, K (1982) – Para a crítica da Economia Política. São Paulo: abril cultural.

MATARI, P (2013) – Eric Hobsbawm, el marxismo y la transformación de la historiografía. Nueva Sociedad n.243, p.153-163.

MYRDAL, G (1978) – Institutional economics. *Journal of economics issues*, v.12,n.4, p.771-783.

RUTHERFORD, M (1983) – “J.R.Commons’s institutional economics”. *Journal of Economic Issues*, 17(3): 721-744.

SENA JR, C.Z.F DE (2004) – A dialética em questão: considerações teórico-metodológicas sobre a historiografia contemporânea. *Revista brasileira de História*, v.24,n.48,p.39-72.

STANFIELD, J. R (1989) – Recent US Marxist economics in veblenian perspective. IN: DUGGER, W (Org) – *Radical institutionalism: contemporary voices*. New York: greenwood press. P.83-104.